EDIÇÃO 126 - 26/11 a 07/12/2014

O Metalúrgico

Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região

www.sindimetal.org.br

Reajuste dos metalúrgicos injetará R$ 213 milhões na economia de Minas

O reajuste salarial de 7% nos salários conquistado pelos metalúrgicos da CUT Minas Gerais injetará aproximadamente R$ 213 milhões de reais na economia mineira nos próximos 12 meses.

Boa parte desse dinheiro deverá ser investida na região metropolitana da nossa capital, onde estão localizados os maiores sindicatos metalúrgicos do Estado, entre eles o nosso de BH/Contagem.

Este cálculo elaborado pelo DIEESE não inclui alguns sindicatos da base cutista que fazem negociação em separado e ainda estão em campanha salarial. Também não inclui os metalúrgicos de serralheria e reparação de veículos de BH/Contagem que já fecharam acordo com a patronal do setor.

O valor de R$ 213 milhões de reais ajudará a aquecer as vendas no comércio local, principalmente nestas festas de fim de ano, pois garante uma injeção extra de recursos na economia da região.

Fonte: Subseção do DIEESE- FEM/CUT-MG

NOVEMBRO, MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

A luta dos trabalhadores, o sindicalismo e a questão racial

O dia 20 de Novembro é uma data muito pertinente para que nós possamos fazer uma ampla reflexão sobre a questão racial. Muitas ações foram desenvolvidas para combater o racismo e a desigualdade. Criaram-se leis que timidamente são paliativas no combate a desigualdade para reparar os danos causados aos negros de nosso país ao longo desses anos cruciais vividos por mais de 51% da população negra brasileira.

Muito se fez, mas, ainda tem muito que se fazer. Várias barreiras e preconceitos teremos que derrubar nesta árdua caminhada. No campo do trabalho ainda há grande distancia no que tange valorização dos trabalhadores negros (as). Os salários são muito inferiores aos dos brancos, mesmo que tenham desempenhado as mesmas funções laborativas e talvez até com mais qualidade. Isso referindo se aos homens, porque na questão da mulher, a desigualdade por ser negra, piora ainda mais.

Na categoria metalúrgica de BH/Contagem e Região, em todo o estado de Minas Gerais e no Brasil precisamos ainda inserir nos acordos coletivos de trabalho, cláusulas que garantam melhor valorização dos trabalhadores (as) negros. Referente à desigualdade salarial, promoção funcional e/ou profissional, a igualdade de oportunidades, nas cláusulas sociais que condicionam qualidade de vida no local de trabalho e fora do mesmo.

Em se tratando de trabalho, os negros são os que mais desempenham funções em condições subumanas. Devemos ainda, combater veementemente os assassinatos e genocídios dos nossos jovens negros, ou chamados de auto de resistência, mecanismo usado pela policia militar como subterfúgio para exterminar os jovens negros deste país.

Devido à ausência de oportunidades e ausência de políticas públicas emancipatórias de responsabilidades do estado pelo zelo do bem estar social, estes jovens vivem à mercê da vulnerabilidade da criminalidade, prato cheio para os controladores do narcotráfico. Por tanto devemos continuar lutando e nos organizando em todos os sentidos para acabarmos de vez com essas desigualdades e extirpar de vez, o preconceito a discriminação e o racismo neste país.

Parafraseando o grande estudioso, Carlos Moore - escritor, pesquisador e cientista social dedicado ao estudo da história e da cultura negra e Bob Marley. “O racismo é sistêmico”

“Liberte-se da escravidão mental, ninguém além de nós pode libertar nossas mentes”

Gilberto André- Assessor Político do Sindicato

História

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares – situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na região Nordeste do Brasil.

Fonte: Brasil Escola

FGTS não pago só pode ser cobrado na Justiça até 5 anos depois

O Supremo Tribunal Federal decidiu no dia 13/11, que um trabalhador poderá requerer na Justiça, até cinco anos depois, os valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que não tenham sido depositados pelo empregador. Pela regra atual, esse prazo é de 30 anos.

A nova regra valerá somente para ações referentes aos depósitos efetuados a partir desta data em contas do FGTS. Para ações que já estão em andamento, permanece o prazo de 30 anos.

A decisão foi proferida num caso individual, em ação de uma funcionária do Banco do Brasil que reclamava de valores não depositados em sua conta no FGTS.

Por ter a chamada “repercussão geral”, a decisão deverá ser seguida pelos demais tribunais onde tramitam ações semelhantes que estavam paradas à espera de uma manifestação do STF.

A reivindicação pelo prazo de cinco anos anteriores ao fim do emprego já é válida para outros benefícios não pagos, tais como horas-extras. Foi considerada inconstitucional regra da lei que mudou o FGTS, de 1990, que estabelecia o prazo de 30 anos.

Fica mantida a regra que determina que, a partir da demissão, o trabalhador tem somente dois anos para ingressar com a ação na Justiça. Em qualquer caso, o tempo que ele demorar em ajuizar uma ação será descontado do tempo do benefício requerido. Assim, se demorar um ano para apresentar a ação, perderá um ano do benefício a que tinha direito.

Fonte: G1

Comissão aprova aposentadoria especial para trabalhador que usa EPI

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou em 12 de novembro, projeto que confirma o direito a aposentadoria especial aos trabalhadores que usem Equipamento de Proteção Individual (EPI), em condições especiais de trabalho. Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue agora para a Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 58/2014 garante que o fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI) não descaracteriza as condições prejudiciais à saúde ou à integridade física que justificam a aposentadoria especial.

A controvérsia nasceu de uma iniciativa do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que, por meio de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF), defende que fornecer EPI retira do trabalhador o direito de pleitear aposentadoria especial.

O STF já reconheceu a repercussão geral da questão e paralisou todos os processos judiciais que tratam do mesmo tema e tramitam em outras instâncias. A proposta do senador gaúcho altera a Lei 8.213/1991.

Atualmente, a aposentadoria especial é paga a quem trabalha por 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. O tempo de trabalho necessário para se aposentar diminui de acordo com a nocividade do agente a que o trabalhador foi exposto.

Fonte: Rede Brasil Atual

Trabalhadores da Vallourec rejeitam proposta da empresa e aprovam preparação da greve

Há dois anos que a discussão da PLR com a Vallourec não avança porque, durante a negociação, ela não aceita a reivindicação dos trabalhadores e a maioria da Comissão acaba assinando acordo com a proposta da empresa.

Em todos esses anos, o Sindicato pediu a intervenção do Ministério do Trabalho, mas não teve êxito porque a Vallourec manteve sua postura intransigente.

Na negociação da PLR deste ano, a situação voltou a se repetir, ou seja, a Vallourec não quer atender a reivindicação dos trabalhadores e a maioria da comissão na mesa de negociação, ou seja, 17 membros, votou a favor da proposta da empresa. Seis membros da Comissão e o representante do Sindicato votaram contra.

O Sindicato deixou claro na mesa de negociação que não vai assinar nenhum acordo sem antes consultar os trabalhadores em assembleias, para saber se eles aprovam ou não a proposta da empresa.

Diante disso, no dia 25 de novembro (terça-feira passada), o Sindicato realizou assembleia com os trabalhadores dos três turnos. Os companheiros da empresa rejeitaram por unanimidade a proposta de PLR proporcional aos salários apresentada pela Vallourec e reafirmaram a reivindicação de PLR igual para todos.

Nas mesmas assembléias, os trabalhadores manifestaram disposição de intensificar a mobilização no interior da fábrica para exigir que a reivindicação deles seja atendida. Inclusive sinalizaram com a possibilidade de greve, caso a empresa se mantenha intransigente.

A assembleia dos trabalhadores é soberana e desautorizou o acordo da forma que está sendo proposto pela Vallourec. Em função disso, esperamos que a maioria da comissão reveja sua decisão e não assine o acordo.

Em virtude da decisão dos trabalhadores, o Sindicato solicitou reunião de mediação no Ministério do Trabalho para tentar resolver o impasse.

Companheiros, as assembleias recusaram a proposta da Vallourec e decidiram que, se ela não atender a reivindicação de PLR igual para todos, os trabalhadores irão organizar a luta e preparar a greve.

A partir de agora a responsabilidade é de todos nós. Vamos juntos lutar pela nossa vitória!

Esclarecimento do Sindicato aos sócios

Informamos aos sócios da nossa entidade que, devido a empresa ter feito o desconto da mensalidade e da taxa assistencial no mês de novembro, o Sindicato encaminhou uma carta para a Vallourec solicitando que não realize o desconto das mensalidades sindicais nos próximos três meses (dezembro, janeiro e fevereiro).

CAMPANHA SALARIAL 2014

Confira os principais pontos da CCT 2014/2015

Reajuste Salarial

Para empresas acima de 50 empregados

De **7%** (0,38% de aumento real). Para salários acima de R$ 6.224,00, parcela fixa de R$ 435,70.

Para empresas com até 50 empregados

De **6,8%** (0,20% de aumento real). Para salários acima de R$ 6.224,00, parcela fixa de R$ 423,30.

Salário de Ingresso

Empresas até 10 empregados – R$899,80 (9,46% de reajuste, sendo 2,6% de aumento real)
Empresas com 11 até 400 empregados – R$ 926,20
Empresas com 401 até 1000 empregados – R$ 990,00
Empresas acima de 1000 empregados – R$ 1.225,40

Obs.:Nas três últimas faixas houve um reajuste de 7,5% (representa 0,85% de aumento real)

Abono único e especial para empresas que não tem PLR

No valor de R$ 550,00 em duas parcelas: R$ 275,00 junto com o salário de novembro de 2014 e R$ 275,00 com o salário de fevereiro de 2015. O abono foi corrigido com 7% de reajuste.

Garantia de emprego de 30 dias

A contar da data da assinatura do acordo (14/11/2014).

Manutenção das demais cláusulas da CCT sem banco de horas

A taxa negocial é necessária para sustentar a luta dos trabalhadores

Aproximadamente 07 mil metalúrgicos de BH/Contagem e região apresentaram a carta de oposição ao desconto negocial este ano. O número é praticamente o mesmo de 2013. A "cartinha" é um direito dos trabalhadores garantido na Convenção Coletiva de Trabalho, mas a taxa é cobrada por um motivo justo e você entenderá porque na entrevista abaixo com Geraldo Valgas, presidente do nosso Sindicato.

Quem são os trabalhadores que apresentam as cartinhas?

Valgas - São praticamente os mesmos todos os anos. Por isso o número de cartinhas fica praticamente igual a cada ano. Inclusive, a maioria desses trabalhadores que você vê trazendo cartinhas, nunca estão na portarias das fábricas quando o Sindicato aparece por lá para fazer assembléia, paralisações ou outras atividades. No entanto, as conquistas obtidas através da luta dos demais trabalhadores também vão para eles que não participam da mobilização e só reclamam do desconto.

Por que eles trazem as cartinhas?

Valgas - Bom, uma parte deles vem por desconhecimento. A empresa passa uma informação falsa, por exemplo, de que o desconto é muito maior do que será feito realmente. Outros vêm ao Sindicato porque são orientados pelas empresas. Mas a grande maioria vem porque são da chefia e, portanto, fazem o jogo da empresa.

Porque as empresas fazem de tudo para o trabalhador trazer a cartinha?

Valgas - Para enfraquecer a ferramenta de luta dos metalúrgicos. Ela sabe que o Sindicato só sobrevive com as contribuições dos trabalhadores, não tem outra fonte de renda. Sem recursos, a entidade não pode sustentar a luta e enfraquece. Com o Sindicato enfraquecido, as empresas podem "deitar e rolar" e ai desrespeitam convenções e flexibilizam direitos.

Quanto é que será descontado dos trabalhadores este ano?

Valgas - Isso é que precisa ficar bem claro. Este ano o desconto é de 3% no salário de novembro e mais 3% no salário de dezembro. , sendo que o desconto é de no máximo duas parcelas de R$ 48,15.

Os sócios também contribuem?

Valgas - O desconto da taxa negocial também é feito nos salários dos sócios porque a convenção coletiva assinada com a Fiemg estabelece isso. Mas para compensar esse desconto, o Sindicato isenta o associado do Sindicato do pagamento de três mensalidades (novembro e dezembro de 2014 e janeiro 2015). Dessa forma ele não sai prejudicado.

Tem gente que fala que o desconto é um absurdo. O que o Sindicato responde sobre isso?

Valgas - Olha, muita gente acha que o Sindicato é desnecessário. Mas veja bem, a primeira proposta dos patrões na negociação deste ano foi de 4,5% de reajuste salarial. Se não fosse o Sindicato, não haveria negociação nem mobilização e os trabalhadores iriam receber só essa porcentagem de aumento. Vocês acham que se não existisse Sindicato, os patrões iriam melhorar essa proposta? No final, graças à pressão da ferramenta de luta dos trabalhadores, o aumento conquistado foi de 7%.

Esse desconto pode vir a ser retirado um dia?

Valgas - Claro, essa é nossa meta. Inclusive também defendemos o fim do imposto sindical. O Sindicato não precisaria dessas taxas se o número de sindicalizados, que hoje é aproximadamente 10% da categoria, fosse maior. Em São Paulo 90% da categoria é associada, por isso eles possuem uma Convenção Coletiva forte, que nenhuma outra categoria tem. É preciso que os metalúrgicos de BH/Contagem se associem e fortaleçam sua ferramenta de luta.

Em que é usada a contribuição do trabalhador?

Valgas - Os recursos são usados na melhoria do Sindicato, no pagamento dos salários dos funcionários, em combustíveis, nos informativos para a categoria, na sustentação das campanhas de PLR e salarial, na realização de cursos e seminários de capacitação para trabalhadores, em atividades unificadas com outras entidades por bandeiras da classe trabalhadora, entre outros. Enfim, as contribuições dos trabalhadores metalúrgicos de BH/Contagem são utilizadas para estruturar a entidade e sustentar a luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho.

Trabalhadores da FERROLENE em estado de greve

Após várias reuniões entre Sindicato e a direção da Ferrolene não houve avanços na negociação. A empresa se mantém intransigente e não concorda em atender a reivindicação de 8% de reajuste nos salários dos trabalhadores e também não quer reduzir a jornada de trabalho.

Além disso, tem outras situações que estão revoltando a companheirada. O vale transporte, que era fornecido em dinheiro, passou a ser cartão. O gerente e a chefia tratam os trabalhadores com desrespeito. Na fábrica é só por cobrança por produção e nada para os trabalhadores.

Diante dessa postura egoísta da empresa, os companheiros aprovaram em assembléia realizada no dia 2O de novembro, o estado de greve. Portanto, o aviso está dado e caso a empresa continue ignorando as reivindicações dos trabalhadores, a greve pode acontecer a qualquer momento.

Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem, Belo Horizonte, Ibirité, Sarzedo, Ribeirão das Neves, Nova Lima, Raposos e Rio Acima - Sede: R. Camilo Flamarion, 55 - J. Industrial - Contagem (MG)
Tel.: 3369.0510 - **Fax:** 3369.0518 - **Subsede:** Rua da Bahia, 570 5º andar - Centro/BH - Tel.: 3222.7776 - **e-mail:** imprensa@sindimetal.com.br - www.sindimetal.org.br - **Presidente:** Geraldo Valgas
Secretário de imprensa: Aguinaldo Barbosa - **Jornalistas:** Cesar Dauzcker (MG 07687JP) e Isa Patto (MG12994JP) |**Tiragem:** 15.000 - **Impressão:** Fumarc